



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68
2016

COLÓQUIO
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

O TERRAMOTO COMO FACTOR DE ACELERAÇÃO DE URBANIZAÇÃO DO CARDAL DA GRAÇA E DO VALE DE CAVALINHOS – A GRAÇA EM 1755

João Castela Cravo

Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – Universidade Lusíada / joaocravo@gmail.com

Resumo

A zona da Graça não foi das zonas mais atingidas pelo Terramoto de 1755 ou pelos fenómenos (tsunamis e incêndio) subsequentes. Os edifícios mais atingidos terão sido o Palácio dos Condes de Val-dos-Reis, a Capela de Nossa Senhora do Monte, a Igreja de Santo André, o Convento de Santa Mónica e parte do Convento e Igreja da Graça.

A reconstrução destes edifícios, ao contrário do que sucedeu em outras zonas da cidade, correu de uma forma lenta. Contudo, se os grandes edifícios demoram a reconstruir, o território sofre uma profunda mudança estrutural, reordenando-se. A Graça, de *limes* urbano torna-se centro urbano, acelerando o processo de urbanização do Cardal da Graça e do Vale de Cavalinhos.

Palavras-chave: Lisboa, Terramoto, Graça, Reconstrução, Reordenamento.

Abstract

The Graça zone was not among the zones where the earthquake of 1755, or the following tsunami and fire caused the biggest damage. The most affected buildings were the palace of the Condes de Val-dos-Reis, the Chapel of Nossa Senhora do Monte, the Church of Santo André, the Convent of Santa Monica and part of the Convent and Church of Graça.

The reconstruction of these buildings, unlike what happened in other parts of the city, occurred in a slow manner. Nonetheless if it took several years for the large buildings to be rebuild, the territory was subject to a profound structural change. The Graça area, initially a suburban area was transformed into an urban centre, accelerating the urbanization process of Cardal da Graça and Vale de Cavalinhos.

Keywords: Lisbon, Earthquake, Graça, Reconstruction, Reordering.

(...)
Um só momento, um só, porém terrível
Abre, rompe, destrói, faz em pedaços
Os doces lares, as sublimes torres
Os Templos Santos e os palácios altos
(...)
(Abade de Jazente, 1786: 280)

O presente trabalho resulta de uma investigação mais ampla, no tempo e nos objectivos, conducente a doutoramento sobre a zona da Graça (*Tempo, Território, Cidade e Arquitectura – de S. Gens a Almofala e à Graça*)¹, em que, por sua vez, o território proposto, resulta de uma escolha, tendo em conta os tempos e a imaginabilidade de um edifício – o Convento da Graça – isto é, de uma forma resumida e algo grosseira, a capacidade do Convento da Graça em atrair atenção e energias vivenciais. Mas para além desta teoria da Imaginabilidade (Lynch, 2007), a escolha do território passou também pela Teoria dos Lugares Centrais, especialmente enfatizada pela Arqueologia Espacial (Hodder, 1998).



Figura 1 – A Igreja e o Convento da Graça vistos da Mouraria. Ainda um bom exemplo da forte imaginabilidade que a mole da Graça provocava em Lisboa. Foto do autor.

Este território passa por três grandes fases, dentro da Lisboa cristã (embora possam ser estabelecidas outras, mas que não acrescentariam nada para a actual reflexão):

¹ Sob orientação do Prof. Doutor Horácio Pereira Bonifácio será apresentada na Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

Uma primeira fase, ainda pré-Graça, em que se estabelece uma unidade no Monte e em Almofala, uma unidade baseada em dois elementos territoriais – Campo Santo (cemitérios e eremitérios) e Arrabalde. De facto, desde muito cedo que a zona (o Monte, da raiz ao cume) foi escolhida pela sua capacidade de contemplação – isto é, o *cum-templare*, a demarcação do lugar sagrado – com a ligação a São Gens (mítico bispo da Lisboa paleo-cristã), o almocávar (cemitério islâmico), o macáber (cemitério judaico) e a Senhora do Monte. Mais tarde, esta capacidade vai-se estender a Almofala, ao convento e a uma nova zona sepulcral que se manterá até ao século XIX. E se a origem deste Campo Santo começa por ser profundamente arrabaldeira, quase que escondida das estruturas urbanas, com a passagem para o domínio cristão, rapidamente se torna funcionalmente urbana.

Com efeito, a referida segunda fase é marcada pela construção da muralha fernandina e respectiva fixação de um novo *limes* entre a cidade e o campo, com a marcação de três importantes aberturas na cidade – a porta de Santo André e os postigos da Graça e do Caracol da Graça. Esta é uma fase em que a capacidade de imaginabilidade do Convento é enorme, sobretudo a partir do momento da Graça II (quinhentista, erguida entre 1556 e 1565, por especial acção de frei Luís de Montoya, reformador da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho) o que arrastará a construção de grandes edifícios (civis e religiosos), o Palácio dos Mendoça ou da Avé Maria, o do Val-dos-Reis, o dos Roxas ou Palácio Trofa, o Convento das Mónicas, etc. A cidade crescia, mas sempre contida. A cinta fernandina tinha trazido o Monte e Almofala à cidade (o mesmo fazendo com a falda das Olarias e da Bombarda, funcionalmente embora não formalmente, tendo em conta as actividades eminentemente urbanas aí praticadas), mas mantinha a falda oriental, o Cardal e o Vale de Cavalinhos como zona agrária – alfoz. É de referir, porém, que só no século XIX esta situação irá mudar, depois de um período de reorganização na segunda metade do século XVIII.



Figura 2 – Rua do Sol à Graça, no arranque na Rua da Graça (ou Rua Nova da Graça). Um dos locais de penetração no antigo Cardal da Graça (com ligação ao Vale de Cavalinhos) e, portanto na zona do antigo alfoz. Nota-se a desorganização da construção pós-terramoto. Foto do autor.

Precisamente com o Terramoto surge essa terceira fase, marcada por um lado, por uma transformação da estrutura populacional – com um aumento dos burgueses e operários, com a correspondente marcação arquitectónica das vilas, por exemplo, e por outro, pela ultrapassagem do antigo *limes* e urbanização das zonas agrícolas.

Efectivamente o Terramoto de 1755 é um catalisador de mudanças, não só em toda a cidade de Lisboa mas especificamente na Graça e zona envolvente. É de realçar que não temos grandes informações de pormenor quanto ao impacto do Terramoto neste local. Sabemos que não terá sido atingido nem pelo fogo, nem pelo *tsunami* e pouco mais. Eduardo Freire de Oliveira (1882, t.16: 149), embora não referindo os seus apoios documentais, faz um balanço de alguns dos edifícios atingidos. Assim, teria sido afectado o Palácio dos Condes de Val-dos-Reis, a Capela de Nossa Senhora do Monte, a Igreja de Santo André, o Convento de Santa Mónica e parte do Convento e Igreja de Nossa Senhora da Graça. Para além destes edifícios, percebem-se grandes destruições, provavelmente provocadas pelo Terramoto no Palácio Trofa ou dos Roxas e na Quinta dos Abelhos. No caso do Palácio Trofa, tal ainda se pode ver hoje, por observação directa. No que diz respeito à Quinta dos Abelhos (em cujos terrenos hoje arranca a Rua da Voz do Operário e se situa

a Escola-Oficina n.º 1), para além de um desenho, guardado no Arquivo Fotográfico de Lisboa, tal se depreende do facto de a Quinta ter sido elencada, cerca de 1791, em relatório do Intendente Pina Manrique, para ali se fazer um dos oito cemitérios que ele propunha para Lisboa (o que diz da sua mais que plausível ruína) (André, 2006: 79). Também sem suporte documental, Mário de Sampaio Ribeiro dá-nos uma descrição, por ventura fantasiosa, mas realística o suficiente para ter acontecido assim, do momento do Terramoto na Igreja da Graça, referindo a ruína da fachada e das abóbodas da capela-mor e do cruzeiro, bem como a morte de alguns fiéis e de dois frades:

“Na manhã do dia de Todos-os-Santos a comunidade estava no côro cantando terça à qual se devia seguir a missa conventual.

Quási a meio do segundo salmo, quando a quadratura levantava o versículo Defectio tenuit me, pro peccatoribus de relinquentibus legem tuam, começou de ouvir-se um ruído formidável e as paredes do templo entraram de abanar como canavial açoitado por furacão apavorante. Os graciosos tomados de pânico fugiram espavoridos. Mal teriam tempo de ir a meio do ante-côro quando a fachada ruiu com estrépido medonho e arrastou na queda o sobrado do próprio côro. Foi tamanha a violência que o Crucifixo da teia se desfez em pedaços ao cair no chão indo parar a cabeça da imagem ao pé do altar-mór, disparada com velocidade meteórica. Depois desabou a abóbada da capela-mór e por fim, a do cruzeiro, falta de apoios, também deu consigo em terra.

Só ficaram de pé as paredes que não tinham fundamentos apreciáveis e na sua cimalha ficou intacta a fileira de cruces – “alicerces celestiais” – que frei Luiz de Montoya lá pusera para as consolidar. Em poucos minutos a grandiosa fábrica da igreja dos eremitas augustinianos de Nossa Senhora da Graça era montão de destroços, “era ruína pegada”!

Preciosidades sem conto se perderam e nos escombros ficaram sepultados alguns fiéis e dois frades que estavam no tribunal da penitência – o Padre-

-mestre frei Marcos de Santo António e o definidor frei Alberto de Brito.” (Ribeiro, 1939: 6-7).

Com algumas pequenas discrepâncias, as informações que Freire de Oliveira e Sampayo Ribeiro nos dão, são corroboradas por alguns dos testemunhos da época, agora coligidos em obra recente (Boiça e Barros: 2005).

A reconstrução da Graça e dos edifícios mais atingidos correu de uma forma lenta – no caso do convento agostinho, a 2 de Novembro de 1765 terá sido lançada a 1.ª pedra para a reconstrução da Igreja, iniciando-se assim o período da Graça III. Tradicionalmente é atribuído o risco da construção a Manuel Caetano de Sousa, numa primeira fase que se prolongará até 1785. De 1896 a 1905 haverá uma nova campanha de reconstrução, completando-se o plano anterior (que entretanto sofre alterações) e restaurando-se, já, algumas zonas da primeira fase.



Figura 3 – Coluna e restos de estruturas ainda do período da Graça II (manuelino), integrados na reconstrução posterior a 1765. Foto do autor.

No caso da Capela de S. Gens, que terá sido completamente destruída e a confiar em Mendes Leal (1860: 7), onde terá morrido o próprio eremitaço, a reconstrução terá sido realizada já no século XIX e antes de 1827, a cargo do arquitecto Honorato José de Correia Macedo e Sá.



Figura 4 – Capela de S. Gens / Nossa Senhora do Monte, reconstruída em inícios do século XIX pelo arquitecto Honorato José de Correia Macedo e Sá. Foto do autor.

Para além da reconstrução, a zona da Graça inicia aqui (ou acelera) um processo de urbanização de algumas zonas rurais (em especial a do Cardal, à volta da nova Capela de Nossa Senhora da Glória, bem como a zona da Cruz dos Quatro Caminhos, prolongamento natural da primeira). José-Augusto França (1979: 438) vai inclusivamente incluir a Graça numa das três zonas que considera como focos de urbanização pombalina. Com efeito, a política do Marquês de Pombal (ela própria, uma espécie de terramoto político), vai ser importante também para a Graça, já que a própria cidade muda, apesar de Sebastião José ter optado pela solução (talvez a mais difícil) de reconstruir a capital, precisamente no seu espaço anterior.

Mas o que é facto é que a cidade mudou! Luís Almeida Martins, em recente artigo sobre o Marquês, utiliza uma expressão curiosa – “(...) a cidade que hoje conhecemos é objectivamente outra, sendo subjectivamente a mesma.” (Martins, 2013: 58). Esta mudança de paradigma urbano, dentro do mesmo casco, contudo, não se harmonizou nem com a rapidez necessária à reconstrução, nem com a necessidade de um sentimento de segurança por

parte da população. Estas duas questões levam, por um lado, à procura de pontos altos que não tenham sido atingidos pelo terramoto e seus efeitos e, por outro, provocam o recurso à “barraca” (Lousada e Henriques, 2007: 186, 190-191).

A barraca, aliás, será um recurso fundamental para os lisboetas no pós-terramoto, acabando mesmo por ser crucial no crescimento da cidade – no caso, tanto a barraca para habitação, como para outros tipos de edifícios, mormente as igrejas, vulgarmente chamadas igrejas barracais, caso por exemplo das igrejas de Santa Catarina ou a da Conceição. Contudo, talvez a barraca mais conhecida tenha sido a “Real Barraca” o palácio real abarracado, levantado na Ajuda.

Mas atenção, falamos aqui de realizações de construção rápida e materiais perecíveis – madeira, lona, tabique – mas também as havia em pedra e cal, eventualmente com aparelhos frágeis e pobres, mas tudo dependia da capacidade económica dos donos e da disponibilidade dos materiais.

Apesar da profusão destas barracas, rapidamente as autoridades as combateram, em especial dentro do perímetro de intervenção da reconstrução pombalina. Tal facto implementa a procura de novos espaços urbanizáveis (ou construíveis), quase sempre em situações de peri-urbanismo, podendo-se afirmar que a procura de sítios onde montar barracas acabaria por orientar o crescimento da cidade (Lousada e Henriques, 2007: 190-191).

O espaço rural confinante com a Graça tinha as condições ideais para este alargamento urbano. Refere-se aqui o espaço que se estende para leste da actual Rua da Graça, na altura um caminho entre o Postigo da Graça e a Cruz dos Quatro Caminhos, em parte ao longo de um troço da muralha fernandina. Este espaço rural era constituído pelo Cardal da Graça (a encosta adjacente à Rua e pelo Vale de Cavalinhos, o actual Vale de Santo António, bem como a contra-encosta deste Vale, hoje até à Rua da Bela Vista. Estamos numa zona alta, que não conheceu nem o incêndio, nem o *tsunami* de 1755 o que conferia algum sentimento de segurança. A proximidade de estradas para o alfoz – Olivais, Loures,

Torres Vedras, por exemplo – e que demandavam o Postigo da Graça e a Porta de Santo André, traziam ainda mais argumentos para a instalação de população que fugia do inferno do centro de Lisboa. Aliás, a este espaço se refere José Acúrsio de Tavares (Boiça e Barros, 2005: 129-137), num testemunho em que, curiosamente, tenta minimizar os estragos do Terramoto de 1755, respondendo a um outro, da autoria de José Oliveira Trovão e Sousa (Boiça e Barros, 2005: 96-109). Diz, então, Acúrsio de Tavares: “*Suponho que o autor infere o inabitável de Lisboa por hum cento de barracas que estão no Cardal da Graça (...)*” (Boiça e Barros, 2005: 133).

Rapidamente (e aqui só podemos pôr a nossa imaginação a funcionar) as barracas para habitação devem ter surgido em força nesta zona, anteriormente ocupada por alguma agricultura, mas numa leitura paleo-toponímica, essencialmente formada por pastos. As frágeis construções vão, com certeza, dispersar-se pelo espaço, de acordo com as vicissitudes do tempo e do local, sem que houvesse qualquer correspondência a uma pré-ideia comum, relativa à sua organização. A paisagem urbana daí resultante seria mais próxima de uma disposição quase aleatória ou de acordo com um cadastro rural, do que com uma ordenação mínima urbana.

É de referir que, logo após o Terramoto, provavelmente ainda em 1756, ergue-se, também, no Cardal uma capela barracal, uma estrutura em tabique, que deveria abrigar o Santíssimo Sacramento da freguesia de Santa Maria, uma vez que a Sé foi bastante afectada. Após 1762/1766 (Vale e Ferreira, 1999), o tabique é substituído por alvenaria e nasce a actual Capela de Nossa Senhora da Glória, na sua (aparente) simplicidade pombalina, marcada no frontão com os símbolos de Nossa Senhora Rainha da Glória – coroa e ceptro sobre uma almofada. Mas para além desta, também a já referida Capela de São Gens/Nossa Senhora do Monte passou por uma fase barracal, pois logo em 1755 terá sido levantada uma barraca em madeira para guardar a imagem de Nossa Senhora do Monte, que terá sido encontrada, intacta, debaixo dos escombros. No que diz respeito à Igreja da Graça, não há notícias

de que tal tenha acontecido, pese-embora o tempo se venha a tornar sede das paróquias de Santo André e de Santa Marinha. Contudo, o facto de partes do Convento terem permanecido intactas, ou pelo menos habitáveis, levam a que algumas delas possam ter sido adaptadas, pelo menos provisoriamente, a funções litúrgicas. Portanto, as barracas para habitação foram acompanhadas na zona pelas igrejas (neste caso, capelas) barracais.

É curioso verificar o facto da Capela da Glória estar fora do alinhamento da Rua, visto esta ter sido rasgada posteriormente, agora paralela ao talvegue do Vale de Cavalinhos. As ruas que descem da Rua da Graça para o Vale (por exemplo, Travessa da Pereira, Rua das Beatas, Rua do Sol à Graça) também mostram esse desalinho, marcadas por vários becos e travessas. Nota-se também, em vários locais, especialmente na zona da crista da Bela Vista, nos edifícios de aspecto mais antigo, desfasamentos com a rua, entrecortada por avanços e recuos, e mesmo com um desalinho na altura dos socos, facto que faz perceber uma reorganização, já municipal, do desenho urbano da zona, que numa primeira fase se propõe ter acontecido de uma forma abrupta e guiada pela urgência. Se nesta Rua da Bela Vista, os socos ficaram alteados devido a um rebaixamento da Rua, no caso da Travessa da Senhora da Glória aconteceu o contrário, o que provocou o corte de algumas portas, praticamente pelo meio da altura das ombreiras.



Figura 5 – Rua da Bela Vista à Graça – notam-se os desníveis nas soleiras das portas, provocadas por uma reorganização formal da rua. Foto do autor.

CONCLUSÃO

Situada no alto de uma das colinas de Lisboa, a zona da Graça, logo em 1755, surgiu aos olhos dos lisboetas como zona privilegiada em termos de segurança (pelo menos em termos de sentimento de segurança) pelo que rapidamente foi usada como refúgio dos deslocados pelo terramoto, *tsunamis* e incêndio e mesmo pelas instituições (caso da capela barracal que vai abrigar o Santíssimo Sacramento da tão central e icónica freguesia de Santa Maria Maior e que se transformará mais tarde na Capela de Nossa Senhora da Glória. No que diz respeito aos já referidos deslocados, muitos aqui irão construir barracas, aí se instalando durante alguns anos, não só devido à questão da segurança, mas também ao facto de serem empurrados das zonas antes urbanizadas e agora destruídas da cidade, onde o Marquês de Pombal proibiu tais construções. Muitas destas barracas foram depois substituídas por casas de habitação mais perenes, transformando assim, uma região que era antes, predominantemente rural, numa nova zona da cidade, plausivelmente periurbanizada e cujas características ainda hoje se detectam no actual desenho urbano.

BIBLIOGRAFIA

ABADE DE JAZENTE (1786) – “Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755. Romance Fúnebre” in BOIÇA, J.; e BARROS; M.ª (coord.) 1755, *A Memória das Palavras* (2005). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 277-285.

ANDRÉ, Paula (2006) – “Modos de Pensar e Construir os Cemitérios Públicos em Lisboa: o Caso do Cemitério dos Prazeres”. *Revista de História da Arte*, 2. Lisboa: Instituto de História da Arte – FCSH/UNL, pp. 67-105.

BOIÇA, Joaquim; BARROS; Maria (coord.) (2005) – *1755, A Memória das Palavras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

FRANÇA, José-Augusto (1979) – “Lisboa: Espaços Urbanos no Século XIX”. Sep. *Revista de la Universidad Complutense*, 115. Madrid: Universidad Complutense.

HODDER, Ian (1988) – “From Space to Place: Current Trends in spatial archaeology” in *Seminário Sobre Arqueologia Espacial* (Arqueologia Espacial, 12). Teruel: Seminario de Arqueologia y Etnologia Turolense; Colegio Universitario de Teruel (pp. 9-15).

LEAL, Joaquim José da Silva Mendes (1860) – *Descrição Histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gens*. Lisboa: Imprensa Commercial.

LINCH, Kevin (2007) – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

LOUSADA, M.ª Alexandre; HENRIQUES, Eduardo Brito (2007) – “Viver nos Escombros: Lisboa Durante a Reconstrução” in Araújo, A. C.; Cardoso, J. L.; Monteiro, N. G.; Rosa, W.; Serrão, J. V. (org.) *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 183-197.

MARTINS, Luís Almeida (2013) – “Marquês de Pombal – O Homem que resgatou Portugal”. *Visão*, 1066 (8 a 14 de Agosto), pp. 54-61.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal.

RIBEIRO, Mário de Sampayo (1939) – “A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa”. *Olisipo*, 5/6/7. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa.

VALE, Teresa; FERREIRA, Maria (1999) – “Ermida de Nossa Senhora da Glória”. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4740 (consultado a 8 Julho 2014).

